

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

Existe efetividade de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil?

Kamila da Silva Baum

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
kamila.baum@edu.pucrs.br

Michele Kremer Sott

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
sott.mk@gmail.com

Priscila da Silva Barbosa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
barbosas.priscila@gmail.com

Resumo: O desenvolvimento sustentável é o objetivo geral do plano de ação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para 2030 da Organização das Nações Unidas. Países e comunidades de todo o mundo estão movendo esforços para alcançar níveis elevados de sustentabilidade em diferentes setores, como educação, saúde, meio ambiente, cidades sustentáveis, entre outros. Neste contexto, o desenvolvimento de políticas públicas efetivas é essencial para que um país se desenvolva de forma próspera e seja capaz de assegurar qualidade de vida para seus cidadãos e para as gerações futuras. Apesar da importância das políticas públicas, desenvolvê-las é um desafio árduo para muitos países, a exemplo do Brasil, cujas características políticas, econômicas e geográficas geram impacto significativo no planejamento e execução de ações públicas. Este estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de discutir a efetividade das políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento sustentável. O método escolhido visou possibilitar a análise ampla do assunto a partir das particularidades do contexto brasileiro. Os resultados evidenciam que o país possui políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. No entanto, ao analisar sua implementação, percebe-se que na maioria das vezes as ações de tais políticas não são cumpridas, ou são cumpridas apenas parcialmente, perdendo assim sua efetividade. Além disso, o sistema governamental brasileiro e sua estrutura burocrática de vários níveis se mostraram fatores que atrasam e prejudicam a tomada de decisão. Outro grande fator prejudicial para a implementação das políticas públicas é o viés partidário, que faz com que políticas sejam criadas com pouco planejamento e implementadas às pressas para apresentação de resultados, sendo muitas vezes abandonadas após algum tempo. Espera-se que a análise crítico-reflexiva apresentada nesta pesquisa sirva para nortear pesquisas futuras no campo de estudo e que auxilie pesquisadores e gestores públicos na tomada de decisão assertiva em relação ao tema.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e funcionamento da sociedade. Elas são essenciais para promover o bem-estar dos cidadãos, a equidade social e o desenvolvimento econômico e sustentável. Ao estabelecer regras, regulamentos e diretrizes, as políticas públicas são a expressão concreta das prioridades de uma sociedade e do compromisso do governo em atender às necessidades de seus cidadãos. Além disso, as políticas públicas desempenham um papel crucial na resolução de problemas complexos e na promoção de mudanças sociais e econômicas positivas, abordando questões que vão desde a saúde pública e a educação até a proteção do meio ambiente e o combate à pobreza [1].

Por meio de políticas bem concebidas e implementadas, os governos podem atuar como agentes de transformação, promovendo o desenvolvimento sustentável e a justiça social. As políticas públicas também desempenham um papel importante na garantia dos direitos dos cidadãos e na promoção da participação democrática, auxiliando no estabelecimento de um sistema de regras que protege os direitos individuais e coletivos, bem como a igualdade perante a lei. Para tanto, a formulação de políticas públicas deve envolver diversos atores do ecossistema social e, dentre eles, a participação ativa dos cidadãos é fundamental para a implementação e avaliação das novas políticas [2].

Apesar de ser um componente vital de qualquer sociedade, as políticas públicas tradicionais muitas vezes não levam em consideração adequadamente a sustentabilidade, priorizando metas de curto prazo em detrimento das necessidades de longo prazo do planeta e de suas populações. As lacunas incluem a falta de regulamentações ambientais rígidas, o consumo insustentável de recursos naturais, a falta de incentivos para práticas ambientalmente amigáveis, e desigualdades socioeconômicas que exacerbam os impactos negativos das mudanças climáticas e da degradação ambiental.

Abordar essas lacunas requer um compromisso renovado com a integração da sustentabilidade em todas as esferas da governança, políticas e práticas, bem como a colaboração global para enfrentar desafios transfronteiriços e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Com este problema em mente, este estudo se debruça sobre os desafios de implementar políticas públicas no Brasil. Para abordar o tema foi proposta a seguinte questão de pesquisa: existe efetividade de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no Brasil?

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma síntese crítica do campo de estudo. A revisão narrativa foi escolhida devido sua flexibilidade para abordar assuntos amplos e analisá-los de forma aprofundada considerando um determinado contexto [3]. As políticas públicas são exploradas nesta revisão a partir da ótica do desenvolvimento sustentável, considerando o potencial das políticas brasileiras para desenvolver e implementar políticas eficazes que auxiliem o desenvolvimento sustentável de regiões, cidades e estados do país.

Os estudos incluídos na presente revisão de literatura foram selecionados no Google Acadêmico, a partir das palavras-chaves “políticas públicas” e “Brasil”, em português e inglês. Foram analisados apenas estudos recentes sobre o tema e que apresentassem análises em profundidade sobre as políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento sustentável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lacunas nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável são uma preocupação global à medida que o mundo enfrenta desafios ambientais e sociais crescentes. O mundo enfrenta há décadas perda considerável de capital natural devido à falta de atenção dos governantes para a preservação ambiental. A degradação ambiental é um grande desafio da humanidade, colocando em risco sua existência. Desse modo é indispensável que se encontre uma forma de possibilitar o desenvolvimento humano sem colocar em risco o equilíbrio ambiental, como evidenciado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Pensar em políticas públicas que sejam pautadas no desenvolvimento sustentável é dever dos atores governamentais, já que é previsto pela Constituição Federal de 1988 o direito ao futuro para a atual e às próximas gerações. A preocupação com o planeta e com as próximas gerações é também o que norteia o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ [4].

Políticas públicas são as ferramentas que precisam ser utilizadas da forma correta, pensadas e planejadas para que possam atender as demandas sociais de forma duradoura, promovendo o bem-estar intergeracional. Para isto, elas devem estar alinhadas às necessidades ambientais e ter metas claras para a promoção de bem-estar social [5].

Existem atualmente no Brasil algumas políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, dentre as principais destacam-se: o Acordo de Paris, no qual o Brasil se compromete a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), que visa promover práticas agrícolas sustentáveis, recuperação de pastagens etc. Foram identificadas outras iniciativas vol-

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

tadas para a redução do desmatamento da Amazônia, o que inclui o monitoramento por satélite e aplicação de leis ambientais, e programas de conservação de biodiversidade, com foco na conservação de reservas indígenas. Além destas, existem outras iniciativas que representam esforços do país na promoção de desenvolvimento sustentável [6].

No entanto, uma questão indispensável de ser analisada é a efetividade destas políticas. Não há políticas públicas recentes, e todas as existentes não foram cumpridas com rigorosidade, e tampouco foram duradouras. O desmatamento na Amazônia, por exemplo, ainda é um dos maiores problemas ambientais do mundo. A Floresta Amazônica, que é conhecida como “pulmão do mundo”, devido a sua capacidade de armazenamento de carbono, é considerada uma das mais ricas biodiversidades do mundo, e frequentemente desmatada para a plantação de soja, para a criação de gado, exploração da madeira e mineração. Apesar de se estender por nove países, a maior parte dela se encontra no Brasil, e apesar de tamanha importância para o equilíbrio da fauna e da flora no mundo, o desflorestamento coloca em risco toda a sua potência natural [7].

A preservação das áreas indígenas também não são realidade no país. Apesar da existência de políticas públicas, na prática não há efetividade. Os povos indígenas estão frequentemente perdendo terras e, com isso, o país diminui a preservação ambiental [8]. As políticas são vinculadas de certa forma a partidos políticos, pois com a mudança de governo, fica clara a mudança de objetivos em relação ao desenvolvimento sustentável. Logo, é necessário olhar para os órgãos responsáveis pela aplicação de tais políticas, de forma que seja possível garantir que elas sejam colocadas em prática.

A implementação de políticas públicas, especialmente em países como o Brasil, enfrenta diversos desafios complexos e multifacetados. Um dos desafios cruciais é a dimensão da burocracia e a complexidade do sistema governamental. A estrutura burocrática do governo muitas vezes envolve múltiplos níveis de poder, o que pode levar a uma falta de coordenação e atrasos na tomada de decisões. Além disso, a corrupção e a falta de transparência podem minar os esforços para implementar políticas eficazes, uma vez que os recursos podem ser desviados ou alocados de maneira inadequada. Outro desafio fundamental é a escassez de recursos financeiros e a pressão por resultados imediatos [2].

O Brasil, como muitos outros países, enfrenta restrições orçamentárias que limitam a capacidade do governo de implementar políticas de longo prazo. A necessidade de demonstrar resultados rápidos muitas vezes leva a abordagens de curto prazo em detrimento de soluções sustentáveis. Além disso, a instabilidade econômica pode afetar a disponibilidade de recursos para programas governamentais, tornando a implementação de políticas públicas ainda mais desafiadora. Por fim, a diversidade e as desigualdades socioeconômicas presentes no Brasil são um desafio significativo [9].

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

Políticas públicas eficazes devem levar em consideração as diferentes realidades regionais e as disparidades sociais. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, em algumas regiões do país contrasta com as áreas mais desenvolvidas. Isso requer uma abordagem diferenciada e adaptativa para atender às necessidades específicas das diversas populações e regiões do Brasil. Em resumo, a implementação de políticas públicas no Brasil exige esforços para superar obstáculos burocráticos, garantir transparência, lidar com restrições financeiras e promover a equidade social em um país diversificado e desigual.

4. CONCLUSÃO

Este estudo oferece uma breve reflexão crítico-reflexiva sobre a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Os resultados destacam que, embora existam políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, muitas vezes não são adequadamente seguidas ou carecem de planos de ação detalhados. Além disso, as políticas públicas no país frequentemente refletem uma forte influência política, com uma participação limitada dos cidadãos.

Algumas limitações devem ser ressaltadas, principalmente relacionadas ao número de estudos analisados e à metodologia de pesquisa adotada. Recomenda-se que estudos futuros explorem em profundidade cada política pública mencionada neste estudo. Além disso, uma revisão sistemática da literatura pode ajudar a identificar os principais desafios na implementação de políticas públicas no Brasil, levando em consideração as dimensões geográficas e as características culturais do país.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

[1] Mohamad Taghvaei, V., Assari Arani, A., Nodehi, M., Khodaparast Shirazi, J., Agheli, L., Neshat Ghojogh, H. M., ... & Ahmadi Rahbarian, H. (2023). Sustainable development goals: transportation, health and public policy. *Review of Economics and Political Science*, 8(2), 134-161.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

- [2] Adams, C., Borges, Z., Moretto, E. M., & Fudemma, C. (2020). Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(81).
- [3] Lim, W. M., Kumar, S., & Ali, F. (2022). Advancing knowledge through literature reviews: 'what', 'why', and 'how to contribute'. *The Service Industries Journal*, 42(7-8), 481-513.
- [4] Pigola, A., da Costa, P. R., Carvalho, L. C., Silva, L. F. D., Kniess, C. T., & Maccari, E. A. (2021). Artificial intelligence-driven digital technologies to the implementation of the sustainable development goals: A perspective from Brazil and Portugal. *Sustainability*, 13(24), 13669.
- [5] Gomes, Magno Federici; Ferreira, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. *Direito e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.
- [6] Vendruscolo, R., & de Quadros Pinto, S. (2022). O Programa Agricultura de Baixo Carbono no Rio Grande do Sul entre os anos de 2013 e 2018. *Revista de Ciências Agroambientais*, 20(2), 122-136.
- [7] Roque, A. M., Madi, R. R., Coelho, A. S., & de Melo, C. M. (2022). Conservation units and sustainable development goals: the private natural heritage reserves of Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, 1-20.
- [8] Maganhini, T. B. (2022). Terras indígenas no estado de Rondônia: Prioridade no pagamento por serviços ambientais como vetor de desenvolvimento sustentável. *Estudos Ibero-Americanos*, 48(1).
- [9] Seixas, C. S., Prado, D. S., Joly, C. A., May, P. H., Neves, E. M. S. C., & Teixeira, L. R. (2020). Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(81).